

Panorama analítico dos estudos sobre a Política de Ação Afirmativa e seus mecanismos na Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Analytical overview of studies on the Affirmative Action Policy and its mechanisms at the State University of Bahia (UNEB)

Jurandir de Almeida Araújo
Gilvanice Barbosa da Silva Musial
Marta Lícia Teles Brito de Jesus
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Salvador-Bahia-Brasil

Resumo

Este estudo tem como objetivo tecer uma análise panorâmica das pesquisas que versam sobre a Política de Ação Afirmativa e seus mecanismos na Universidade do Estado da Bahia. Trata-se de uma pesquisa de tipo estudo do conhecimento, em que a recolha de informações que constituem o corpus empírico da análise bibliográfica foi realizada nas principais bases de dados digitais. Como resultado, o estudo revelou a importância da reserva de vagas para grupos étnico-raciais e sociais marginalizados, para a democratização da Educação Superior pública no estado da Bahia, especialmente no interior, mas destaca a necessidade de que a reserva de vagas esteja articulada a uma política de permanência estudantil ampliada.

Palavras-chave: Uneb; Ação Afirmativa; Reserva de Vagas.

Abstract

This study aims at weaving a panoramic analysis of research that deal with the Affirmative Action Policy and its controls at the State University of Bahia. This is a knowledge study type research, in which information survey that constitutes empirical corpus of bibliographic analysis was carried out in the main digital databases. As a result, the study revealed the importance of reserving places for marginalized ethnic-racial and social groups, for democratization of public Higher Education in the state of Bahia, especially in the countryside, but it highlights the need for places reservation articulated to an expanded student permanence policy.

Keywords: Uneb; Affirmative Action; Place reservation.

1. Introdução

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB), fundada em 1983, tem como lema *Hominem augere* (para o aperfeiçoamento do homem), e como missão, “a produção, difusão, socialização e aplicação do conhecimento nas suas diversas áreas do saber” (UNEB, 2012). Organizada sob o modelo *multicampi*, multirregional e interdisciplinar, é atualmente a maior instituição pública de ensino superior das regiões Norte e Nordeste em tamanho e em abrangência territorial, com 29 departamentos instalados em 24 campus, situados em 19 dos 27 Territórios de Identidadeⁱ da Bahia (Bahia, 2010). O Campus I, sede da administração central, localizado na capital, Salvador, e os demais, geograficamente espalhados por 23 municípios, ainda está presente em outros municípios do estado por meio de ações extensionistas e de convênios com prefeituras e instituições públicas e privadas.

De modo geral, podemos asseverar que a Uneb é uma instituição popular e afrodescendente no cenário do ensino superior baiano e, por que não dizer, brasileiro, considerando que, em 2018, dos/as 23.966 estudantes matriculados/as, 74,5% eram de pretos/as, pardos/as e indígenas, 66,3% mulheres e 38,6% cotistas (Oliveira, 2020). A partir de tal assertiva, considera-se oportuno investigar de que maneira a Política de Ação afirmativaⁱⁱ e seus mecanismos têm sido implementados nessa instituição, considerando a necessidade de uma análise pormenorizada sobre a produção existente acerca da experiência que constitui a universidade em questão.

Seu compromisso com a inclusão e formação cidadã dos/as sujeitos em seus múltiplos aspectos – intelectual, social, econômico, político, cultural, territorial, tecnológico e étnico-racial, segundo alguns pesquisadores/as, entre os quais Boaventura (2009), Santos (2009) e Mattos (2010), vem desde a sua fundação. Isso nos permite inferir que sua experiência no campo do que hoje se convencionou chamar de Ação Afirmativa é antiga, e sua singularidade pode permitir encontrar achados importantes para o aperfeiçoamento dos debates e discussões sobre a Política de Ação Afirmativa e seus mecanismos na Educação Superior.

Se consideramos que a Política de Ação Afirmativa é uma só, mas que diversos são os mecanismos que a coloca em prática, ao analisar as ações, projetos e programas de caráter afirmativo anteriores à instituição das cotas raciais, veremos que a Uneb é pioneira no campo da promoção da diversidade no país. O Núcleo de Educação Pluricultural (NEP),

criado em 1994; o Centro de Estudos das Populações Afro-Indo-Americanas (CEPAIA); o Programa Descolonização e Educação (Prodese); e o Curso de Magistério Indígena da Bahia, criados em 1988, são alguns exemplos que confirmam o compromisso da Uneb com o fomento de atividades e projetos de caráter afirmativo na Bahia e no Brasil.

Apesar disso, no campo da Política de Ação Afirmativa, tal como formulada atualmente, a Uneb apresenta como marco legal o ano de 2002, com a institucionalização da reserva de vagas para afrodescendentes (pretos/as e pardos/as) oriundos/as de escolas públicas em todos os cursos de graduação e de pós-graduação da instituição. Portanto, justamente no contexto de outras experiências pioneiras, mais estudadas e divulgadas nas pesquisas e publicações ligadas à democratização da Educação Superior e política de ação afirmativa, tais como a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Diferentemente das universidades supracitadas, passaram 20 anos desde que foi instituída a reserva de vagas para afrodescendentes e ainda são poucos os estudos que tratam sobre as medidas de ação afirmativa adotadas pela Uneb (Santos, 2021), bem como se existe alguma particularidade a ser melhor problematizada decorrente da concepção e história singular de surgimento e proposta da Uneb. Sua experiência nesse campo, pode-se afirmar, é ainda pouco conhecida e discutida na literatura acadêmica.

Em pesquisa realizada nos principais bancos de dados, foram localizadas duas teses, sete dissertações e doze artigos publicados em periódicos, entre os anos de 2005 e 2022, tratando da política de ação afirmativa na Uneb, em particular, acerca do mecanismo de reserva de vagas. Um número pequeno de trabalhos, considerando 20 anos de política de ação afirmativa na instituição, e o fato de ser a Uneb uma universidade *multicampi* e multirregional, que acolhe em seu interior estudantes pertencentes a diferentes grupos étnico-raciais e sociais historicamente excluídos do ensino superior – negros/as, indígenas, quilombolas, ciganos/as, pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades e pessoas transexuais, travestis ou transgêneros, entre outros.

Ante o exposto, surgiu o interesse em tecer uma análise panorâmica dos estudos que versam sobre a Política de Ação Afirmativa e seus mecanismos na Uneb. Espera-se, dessa forma, identificar o perfil de quem se interessa em estudar a instituição, quais as abordagens e principais conclusões que chegaram e, por conseguinte, quais aprendizados podemos extrair de um exercício analítico dessa experiência. Assim, o estudo põe em

prática o que sugere o pensamento de Fogaça e Trindade (2021), ao afirmar que se faz necessário ampliar e aprofundar o debate sobre Ação Afirmativa no espaço universitário, de modo a possibilitar a inclusão de fato da diversidade no ambiente acadêmico e viabilizar a permanência e o êxito dos/as estudantes que entraram pela reserva de vagas, dando-lhes visibilidade e garantia de direitos.

2. Metodologia

A recolha de informações que constituem o *corpus* empírico da análise bibliográfica foi realizada nas principais bases de dados: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Google acadêmico, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Portal de Periódicos da CAPES, também no Repositório Institucional da Universidade do Estado da Bahia (denominado *Saber Aberto*), e Centro de Documentação e Informação (CDI/UNEB). Os descritores utilizados combinaram *Uneb; ação afirmativa; cotas raciais; política de ação afirmativa e reserva de vagas*.

É importante indicar que, de 21 trabalhos localizados, dos/as 28 autores/as, com exceção de um, Márcia da Silva Clemente, da Universidade Federal do Recôncavo (UFRB), todos/as são de docentes e/ou de estudantes da própria Uneb, informação importante na análise, por considerar esse olhar próximo ao objeto investigado. Olhares estrangeiros não foram observados entre os/as autores/as, visto que não se identificaram estudos sobre a política de ação afirmativa e estratégias de ações dela decorrentes na Uneb desenvolvidos por pesquisadores/as de fora do Brasil.

3. Panorama das produções sobre a política de ação afirmativa na Uneb

Os 12 artigos (quadro 1) localizados foram publicados em diferentes periódicos científicos, entre 2010 e 2022; as duas teses (quadro 2), defendidas em 2021; e as sete dissertações, entre 2005 e 2021 (quadro 3), seguem caminhos analíticos diversos. No entanto, têm como principais categorias de análise a questão do acesso, da permanência, do desempenho, da representatividade de gênero e dos impactos da Política de Ação Afirmativa na vida de estudantes negros/as cotistas, em particular acerca da valorização e construção de identidades, da estética e imagem corporal. Têm os/as estudantes negros/as cotistas como principais sujeitos/objetos de análise, em especial as estudantes negras.

Quadro 1 – Artigos publicados em periódicos científicos

Ano	Autor/a	Título
2010	Wilson Roberto de Mattos	2003 – O Ano do Começo: Características e Aspectos Iniciais da Implantação do Sistema de Cotas para Negros na Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
2010	Valdério Santos Silva	Políticas de ações afirmativas na Uneb: Memórias de um acontecimento histórico
2013	Wilson Roberto de Mattos, Kize Aparecida S. Macedo e Ivanilde G. Mattos	10 anos de ações afirmativas na Uneb: desempenho comparativo entre cotistas e não cotistas de 2003 a 2009.
2017	Lidiane Santos de Lima Pinheiro	O dispositivo de enunciação da primeira universidade com sistema de cotas do Nordeste
2018	José Carlos Felix e Juliana Cristina Salvadori	Universidade e diversidade: desafios da multicampia / Uneb dch iv como estudo de caso
2019	Maria Regina S. Prado, Claudelice S. Santos e Darlane de Souza Oliveira	Inclusão e permanência dos cotistas negros e indígenas na Uneb – Campus IX – Barreiras
2019	Eloá de Jesus dos Santos e Tânia Moura Benevides	Política de cotas e desenvolvimento: análise sobre as Projeções dos alunos cotistas do curso de administração da Uneb e a percepção sobre a sua influência no seu território de origem
2021	Vandeilton Trindade Santana	Percepções e desafios de estudantes cotistas em curso de alto prestígio social da Universidade do Estado da Bahia
2021	Ana Paula Souza do Prado Anjos e Marilde Queiroz Guedes	Política de cotas da UNEB: ação institucional com ressonância nacional
2021	Taís Gabriela de Souza Fogaça e Domingos Rodrigues da Trindade	Jovens mulheres negras, cotistas e quilombolas na Uneb – Campus XII: políticas públicas, representatividade e práticas pedagógicas
2021	Wilson Roberto de Mattos	O sistema de cotas da universidade do estado da Bahia: avaliação dos anos iniciais e impactos das Ações afirmativas na trajetória e desempenho Acadêmico de estudantes
2022	Gean César dos Santos Nogueira e Tatyane Gomes Marques	O discurso institucional sobre a política de cotas na UNEB: uma análise a partir de enunciados verbais e não verbais da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas (PROAF)
2022	Vandeilton Trindade Santana	Narrativas de estudantes cotistas em curso de alto prestígio social da Universidade do Estado da Bahia

Fonte: os autores (2023).

As produções analisadas, de modo geral, versam sobre a Política de Ação Afirmativa na Uneb, em particular sobre a instituição e a implementação da reserva de vagas para afrodescendentes, indígenas e outros grupos sociais que se encontram às margens das fronteiras do Estado, assim como acerca da questão da permanência e do desempenho. Chama atenção o fato de que a pós-graduação, que também implementou reserva de vagas desde 2002, nenhum dos trabalhos localizados discute o tema. As publicações giram em torno da graduação, o ano de 2009 como referência na ampliação do debate sobre a questão da permanência (Santos, 2009); e 2010 no que respeito ao desempenho acadêmico dos/as estudantes cotistas (Mattos, 2010).

Panorama analítico dos estudos sobre a Política de Ação Afirmativa e seus mecanismos na Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Os trabalhos localizados, grosso modo, apresentam análise crítica acerca da Política de Ação Afirmativa na instituição em questão, abordando questões como o histórico da fundação da Uneb, suas características e o seu papel no sistema estadual de educação superior; memórias do processo de construção da agenda, instituição e implementação da reserva de vagas para negros/as e indígenas e a singularidades desses estudantes; o conceito de Ação Afirmativa; a reivindicação dos/as negros/as por políticas públicas de promoção da igualdade racial; medidas adotadas para garantir a permanência e o êxito dos/as estudantes cotistas; trajetória de vida e acadêmica desses/as estudantes; impacto da Ação Afirmativa na estética e na imagem corporal de jovens negros/as da Uneb; a construção da imagem da Uneb enquanto universidade inclusiva e afrodescendente.

Abordam, ainda, os desafios encontrados pela Uneb enquanto universidade *multicampi* e multirregional; territórios de identidade em que estão situados os *campi* da Uneb; trajetória e desempenho de estudantes cotistas em cursos de maior prestígio social; ingresso, evasão e conclusão desstes estudantes; percepção deles/as em relação às possibilidades de promoção de desenvolvimento no seu território de origem; contribuições da reserva de vagas para negros/as, indígenas e outros grupos sociais marginalizados para democratização de acesso à Educação Superior, enquanto ação institucional da Uneb; representatividade, mulheres negras e quilombolas; práticas pedagógicas que potencializam a inclusão, a permanência e o êxito dos/as estudantes que entraram pela reserva de vagas.

Quadro 2 – Teses encontradas

Ano	Autor/a	Título
2021	Fausta Porto Couto	Experiências sociais sobre as políticas de inserção vividas por estudantes no departamento de educação campus Guanambi da Universidade do Estado da Bahia: acesso, permanência e das ações afirmativas
2021	Sebastião Carlos dos Santos Carvalho	O impacto das ações afirmativas na estética e na imagem corporal de jovens negros e negras da Uneb, campus Guanambi

Fonte: os autores (2023).

As duas teses, ambas foram defendidas em 2021 no Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social (PPGECIS) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A primeira, de autoria de Couto (2021), tem abordagem qualitativa, e buscou compreender como os/as estudantes da Uneb, *Campus XII*, estão lendo e interpretando as políticas públicas de inclusão social de Ação Afirmativa, permanência e integração que implicam a construção de sua individuação no âmbito de uma universidade

pública. Tem como ponto de partida as políticas internas da Uneb referentes à ampliação de vagas, com a implementação da reserva de vagas para afrodescendentes e indígenas, bem como a oferta de suportes que garantam a permanência desses estudantes de forma mais estável no quadro institucional. Em linhas gerais, o estudo revelou que as interpretações dos/as estudantes sobre as políticas de inclusão social remeteram às interações que travam cotidianamente no interior das estruturas da universidade e demais mecanismos sociais, considerando os suportes que facilitam ou dificultam sua permanência, acesso e/ou integração.

A segunda, de autoria de Carvalho (2021), tem abordagem qualitativa, e buscou compreender o processo de ingresso de estudantes negros/as no *Campus XII* da Uneb, via política de ação afirmativa e os possíveis impactos em suas percepções estéticas e em suas imagens corporais. O estudo, grosso modo, revelou que a Política de Ação Afirmativa e seus mecanismos transcendem a questão do ingresso, do acesso e da permanência dos/as estudantes negros/as ao ensino superior, promovendo uma reforma na constituição da estética corporal, no autorreconhecimento e na autoafirmação desses/as estudantes.

Quadro 3 – Dissertações encontradas

Ano	Autor/a	Título
2005	Márcia da Silva Clemente	As Políticas Afirmativas de Educação Superior no Brasil: um estudo sobre as formas de aceitação/negação do Negro e da Negra na Universidade do Estado da Bahia – UNEB
2008	Vânia Maria da Silva Bonfim	Hierarquias raciais e de gênero e medidas de reparação: Sobre a participação das mulheres negras em cursos superiores no marco das ações afirmativas
2009	Sonia Maria Freitas de Cerqueira	Vagas para negros na Educação Superior: uma causa de políticas públicas na Universidade do Estado da Bahia
2009	Maria Cristina E. M. Santos	Sou cotista, e agora? Uma análise das condições de permanência numa universidade multicampi
2012	Jorge Figueiredo Vasconcelos	Trajetória do estudante cotista: um estudo no curso de pedagogia do Campus I – Uneb
2016	Vandeilton Trindade Santana	Estudantes cotistas em curso de alto prestígio social da Universidade do Estado da Bahia: Percepções, enfrentamentos e superações
2020	Gersania Alexandrina Conceição	“Qual a parte que te cabe deste latifúndio?” Estratégias de Acesso e Permanência das Cotistas em cursos Majoritariamente Masculinos e/ou Excludentes para Mulheres Negras, ofertados na Universidade do Estado da Bahia –UNEB, Campus I, Salvador/BA

Fonte: os autores (2023).

Em relação às sete dissertações localizadas, uma foi no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), de autoria de Clemente (2005); duas no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional (PGDR) da Universidade do Estado da Bahia, a

Panorama analítico dos estudos sobre a Política de Ação Afirmativa e seus mecanismos na Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

primeira de autoria de Cerqueira (2009); e a segunda, de Vasconcelos (2012); quatro no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC/UNEB), a primeira de autoria de Bonfim (2008); a segunda, de Santos (2009); a terceira, de Santana (2016); e a quarta, de Conceição (2020).

A dissertação de Clemente (2005), tem abordagem qualitativa com ênfase no estudo de caso, e aborda a Política de Ação Afirmativa na Uneb enquanto estratégia de aceitação/negação do/a negro/a. O estudo, em linhas gerais, evidenciou que a questão da referida política e seus mecanismos não pode ser discutida no campo do senso comum, mas no entendimento das raízes históricas de reprodução das desigualdades no país.

A dissertação de Bonfim (2008) tem abordagem qualitativa, e discute a desigualdade na participação das mulheres negras no ensino superior público, no campo da Política de Ação Afirmativa. Tendo como campo empírico o campus I da Uneb, o estudo revelou que existe particular articulação entre o racismo e o sexismo como estruturantes dessa participação que, ainda que mais atenuadamente, sobrepõe a ação afirmativa na modalidade de cotas, quando analisada a participação das autotituladas *pretas* nos diferentes cursos.

De abordagem qualitativa, a dissertação de Cerqueira (2009) buscou compreender o sistema relacional da ação afirmativa para afrodescendentes como política institucional, a gênese da institucionalização da Uneb e seu papel no Sistema Estadual de Educação Superior, assim como a causa das reivindicações dos/as negros/as por mecanismos de ação afirmativa. O estudo, grosso modo, evidenciou as dificuldades em se consolidar uma política pública focalizada na perspectiva dos direitos sociais no país, e o quanto é essencial o papel da universidade para a emancipação dos/as negros/as para que usufruam dos seus direitos sociais em uma sociedade justa e igualitária.

Santos (2009), em sua dissertação intitulada de teve abordagem quali-quantitativa, e buscou identificar se o modelo multicampi da Uneb e da Uerj viabilizou/impediu aos/às estudantes cotistas, ingressos entre 2003 e 2006, as condições de permanência e sucesso. Em linhas gerais, o estudo apontou que, embora o modelo multicampi possibilite o acesso a um número considerável de estudantes afrodescendentes em ambas as instituições, no caso da Uneb, esse aspecto não tem sido o suficiente para garantir a permanência e o êxito dos/as referidos/as estudantes, pois as ações voltadas para esses propósitos têm se

mostrado de restrita abrangência, não atendendo às reais necessidades desses/as estudantes.

A dissertação de Vasconcelos (2012), ancorada na pesquisa de abordagem quali-quantitativa, buscou identificar as dificuldades e os reflexos que o/a estudante cotista da Uneb enfrenta no seu percurso acadêmico, tanto em nível educacional quanto socioeconômico. O estudo, grosso modo, afirma o autor, revelou que não existe disparidade entre os perfis dos/as estudantes cotista e não cotistas, do ponto de vista acadêmico.

De abordagem qualitativa, a dissertação de Santana (2016) buscou compreender como ocorreu o trajeto de estudantes cotistas da Uneb, quais caminhos percorreram para chegar à universidade, procurando identificar os aspectos e as estratégias que favoreceram e/ou dificultaram o acesso desses/as estudantes aos cursos escolhidos. O estudo, em linhas gerais, evidenciou que a política de ação afirmativa, além de permitir objetivamente o acesso desses/as estudantes à universidade, potencializou as táticas criadas para subverter as dificuldades, permitindo vencer o medo, o preconceito e, conseqüentemente, a exclusão, que possivelmente decorreria do processo seletivo convencional.

A dissertação de Conceição (2020), de abordagem quali-quantitativa, versa sobre as estratégias utilizadas por mulheres negras cotistas para seu acesso e permanência em cursos majoritariamente masculinos e/ou que as excluem do acesso. Como resultados alcançados, a pesquisa destacou a criatividade das entrevistadas para buscar mecanismos gratuitos que auxiliassem seus estudos no período que antecedeu o ingresso à universidade, bem como a importância do fortalecimento de suas identidades nos momentos conflituosos vividos, dando destaque para o empoderamento coletivo e o diálogo.

Quanto ao referencial teórico utilizado pelos/as autores/as dos trabalhos analisados, que tratam sobre a Uneb em diferentes perspectivas, Wilson Roberto de Mattos é o autor mais citado e o que tem o maior número de estudos publicados falando da Política de Ação Afirmativa na instituição, seguido por Rodrigo Ednilson de Jesus, Edivaldo Boaventura, Valdélío Santos Silva e Danilo Oliveira. Outros/as, como Vandielton Trindade Santana, Tatyane Gomes Marques, Nadia Hage Fialho, Ivanilde Guedes de Mattos, José Carlos Felix, Juliana Cristina Salvadori, Eloá de Jesus dos Santos e Tânia Moura

Benevides também são citados. Chama a atenção, no entanto, o fato de que as pesquisas de mestrado Clemente (2005), Santos (2009), Cerqueira (2009) e Vasconcelos (2012) são pouco citadas pelos/as outros/as pesquisadores/as que abordam a Política de Ação Afirmativa na Uneb.

Em relação aos autores que falam de Educação, Universidade e Ação Afirmativa, de modo geral, Delcele Mascarenhas Queiroz é a mais citada, seguida por Joaquim Benedito Barbosa Gomes, Valter Roberto Silvério, Sabrina Moehlecke, Dyane Brito Reis Santos, Anísio Spínola Teixeira, Jocélio Teles dos Santos, João Feres Júnior, Cidinha Silva, Fúlvia Rosemberg, Petronilha Beatriz Gonçalves Silva, Flavia Piovesan, Joaze Bernardino, Daniela Galdino, Marilena Chauí, Luiz Antônio Cunha. Os estudos de Amélia Artes, Verônica Tostes Dalfon, Luiz Augusto Campos, Ahyas Siss, Erika Suruagy Assis de Figueiredo e Luciane Belo também são citados por mais de um/a dos/as pesquisadores/as.

Sobre raça, racismo e desigualdade, Antônio Sergio Guimaraes é o mais citado, seguido por Carlos Hasenbalg, Erivaldo Fagundes Neves, Florestan Fernandes, Lília Katri Moritz Schwarcz, Ricardo Henriques, Nelson do Vale e Maria de Fátima Novaes Pires. Autores como Thomas Elliot Skidmore, Sérgio Costa, Edward Telles, Fernando Henrique Cardoso, Gilberto Freyre, Fábio Comparato, Ângela Figueiredo, Hélio Santos também são citados por mais de um/a dos/as pesquisadores/as.

No campo da educação das e para as relações étnico-raciais, movimento negro e feminismo negro, Nilma Lino Gomes e Kabengele Munanga são os/as autores/as mais citados/as, seguidos por Ana Célia da Silva, Marcelo Paixão, Petrônio Domingues, Lélia Gonzalez, Abdias Nascimento, Eliane Cavaleiro e Djamila Ribeiro.

Quanto aos autores/as estrangeiros, Pierre Bourdieu é o mais citado, seguido por Carlos Moore, Boaventura de Sousa Santos, George Reid Andrews. Outros/as autores/as, como Hannah Arendet, Marshall Berman, Norberto Bobbio, Patrick Charaudeau, Alain Coulon, François Dubet, Frantz Fanon, Aníbal Quijano e Alain Touraine também são citados por mais de um/a dos/as pesquisadores/as.

4. Análise crítica da Política de Ação Afirmativa e seus mecanismos na Uneb

Singular, plural, inclusiva e popular, a Uneb, como observa Santos (2009), tem suas particularidades e nuances próprias que a diferencia das outras instituições de educação superior brasileiras e estrangeiras. Em seu formato *multicampi* e multirregional, de acordo com a referida autora, em seu interior, agrega a diversidade cultural e os conhecimentos

do contexto em que está inserida, potencializando o desenvolvimento pleno e integral da população, e “tem sua razão de ser expressa em sua vida acadêmica como tentativa de não colaborar com o aumento da exclusão social” (Santos, 2009, p. 109). Juntamente com as demais políticas públicas, tem se empenhado em assumir parte da responsabilidade em ajudar a promover o desenvolvimento social, econômico e cultural nos 19 Territórios de Identidades da Bahia onde estão localizados os seus 24 campus (Mattos, Macedo; Mattos, 2013).

Pioneira na interiorização da Educação Superior no estado da Bahia, seu formato multicampi e multirregional contribui para o processo de democratização do acesso ao ensino superior, possibilitando a formação profissional e universitária àqueles/as estudantes do interior, cujas dificuldades de deslocamento para os grandes centros urbanos, onde está concentrada a maior parte da oferta de cursos universitários, são enormes (Mattos, 2010). Assim sendo, compartilhamos o pensamento de Couto (2021), ao pontuar que, ao interiorizar a Educação Superior, teve início a política de inserção social e, por conseguinte, de práticas de ação afirmativa. No entender da referida autora, a presença da Uneb “em diversos municípios baianos pode ser considerada como sua primeira ação afirmativa, quando cria as condições para os sujeitos do interior do estado terem o sonho de fazer um curso superior” (Couto, 2021, p. 319). Assim, ao longo de quase quatro décadas de existência, como revelam os estudos de Boaventura (2009) e Santos (2009), a instituição está fazendo a diferença nos contextos regionais onde estão situados seus campi.

Se em seus aspectos gerais – social, político, acadêmico e organizacional – a Uneb já se caracteriza como universidade singular, plural e inclusiva, com a instituição e implementação da reserva de vagas para grupos sociais e étnico-raciais excluídos ao longo da história da Educação Superior, reafirma a sua função social e educacional para com a diversidade. De início, reservou 40% das vagas para afrodescendentes oriundos de escolas públicas em todos os seus cursos de graduação e pós-graduação. Posteriormente, em 2007, ampliou para os povos indígenas, acrescentando mais 5% das vagas. Em 2018, reformulou o mecanismo de reserva de vagas, passando a adotar a modalidade Cotas mais Vagas Suplementares Reservadas, com processo seletivo regulado por edital único, mantendo o percentual de 40% para afrodescendentes, 5% de sobrevagas para indígenas, e acrescentou quilombolas, ciganos, pessoas com deficiência, transtorno do espectro

Panorama analítico dos estudos sobre a Política de Ação Afirmativa e seus mecanismos na Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

autista e altas habilidades, transexuais, travestis e transgênero, com 5% de sobre vagas para cada grupo.

Assim, a Uneb ampliou, no ambiente acadêmico e fora dele, o debate sobre racismo, desigualdades, ação afirmativa, entre outros temas sensíveis e caros aos grupos étnico-raciais e sociais marginalizados. Segundo a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas (PROAF), constitui-se em um espaço de debate sobre “questões políticas e acadêmicas que envolvem a problemática do acesso ao ensino superior por segmentos sociais historicamente excluídos” (PROAF/UNEB, 2020, s.p.). Dessa forma, Silva (2010) observa que estimulou ainda mais a articulação do movimento negro dentro da universidade.

As medidas de ação afirmativa adotadas na Uneb, segundo a PROAF (2020, s.p.), tem desafiado a instituição “a pensar o seu projeto de gestão acadêmica em todas as instâncias, tendo como princípio os marcadores sociais de raça, etnia, classe, identidade de gênero, deficiências, de território, entre outros”. Pontua, ainda, que cabe à universidade, junto à sociedade, aos movimentos sociais, ao Estado e às instituições democráticas, construir caminhos para a garantia da Política de Ação Afirmativa, “[...] apoiada em um pacto solidário e civilizatório, longe da barbárie social produzida pelo sistema capitalista, patriarcal, racista e classista” (PROAF/UNEB, 2020, s.p.).

Assim, ao longo de 20 anos de Ação Afirmativa, a Uneb tem avançado no debate, ampliado os grupos étnico-raciais e sociais contemplados, e inovado na instituição e implementação de medidas de ação afirmativa, de modo a garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos/as estudantes ingressantes pela reserva de vagas. Como nas demais instituições de educação superior brasileiras, inicialmente, a discussão girou em torno do esclarecimento sobre a Política de Ação Afirmativa e seus mecanismos, a constitucionalidade da reserva de vagas para negros/as e indígenas no ensino superior, do contraponto aos discursos daqueles/as que se mostram contrários/as às cotas raciais e do desempenho. Posteriormente, a discussão ampliou-se, trazendo para o debate a questão da permanência e da inclusão de outros grupos étnico-raciais e sociais excluídos da Educação Superior.

A atitude da Uneb, em contemplar novos grupos sociais – quilombolas, ciganos, pessoas com deficiência, pessoas transexuais, travestis ou transgêneros – nas medidas de ação afirmativa em curso na instituição, segundo Anjos e Guedes (2021, p. 208), “pode ser considerada neste momento, mais que uma audácia, mas uma transgressão aos regimes

políticos e sociais vigentes no Brasil”. Especialmente quando consideramos os últimos quatro anos de ataques aos movimentos sociais, às instituições de educação superior públicas, de corte nas verbas voltadas para a educação, básica e superior, de desmonte dos órgãos colegiados nacionais deliberativos e de assessoramento à administração pública na elaboração, instituição e implementação de políticas públicas de inclusão social e de promoção da igualdade racial, a exemplo da extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), assim como a participação da sociedade civil nos que ainda existem.

Nesse período, houve um acirramento do debate acadêmico, político e jurídico sobre as políticas públicas sociais de inclusão, em particular acerca da política de ação afirmativa e seus mecanismos. Nesse cenário de ataque à democracia e às instituições públicas, com os cortes de verbas, a efetivação das medidas de ação afirmativa ficou fragilizada, principalmente aquelas voltadas para a permanência e o sucesso dos/as estudantes que ingressaram pela reserva de vagas. Como pontua Mattos (2021, p. 396),

[...] o desempenho dos estudantes cotistas ao longo do curso está relacionado, por um lado, às condições que a universidade deve oferecer nos termos da definição e efetivação de uma política de permanência específica e multireferenciada, bem como, pelo próprio esforço desses estudantes em se organizarem e se articularem coletivamente, no sentido de superarem essas desigualdades dadas no ponto de partida.

Sob esse ponto de vista, podemos inferir que, se antes a questão da permanência e êxito dos/as estudantes ingressantes pela reserva de vagas era uma preocupação, pois as medidas adotadas eram insuficientes para atender as demandas, diante do contexto atual, tornou-se um desafio. Devido à falta de recursos financeiros, a tendência é que as medidas de ação afirmativa se tornem ainda mais precarizadas, como evidenciam os estudos de Santana (2016; 2021), pois de acordo com o trabalho de Couto (2021), em vários *campi* da Uneb são grandes os dilemas de ordem estrutural, recursos financeiros e humanos enfrentados. Com isso, a Política de Ação Afirmativa fica prejudicada, não respondendo a muitas demandas que têm efeitos significativos na trajetória dos/as estudantes cotistas.

Os estudos analisados revelam que a trajetória escolar dos/as estudantes pertencentes aos grupos historicamente marginalizados e socioeconomicamente menos favorecidos, antes, durante e depois de concluir o ensino superior, é de desafios e

superação das dificuldades que enfrentaram e continuam enfrentando. Conforme o estudo de Santana (2016), os percursos escolares de muitos/as foram marcados por inúmeras histórias de insucesso, interrupções e reprovações. Parte deles/as buscou, nos cursinhos pré-vestibulares gratuitos, o apoio para conseguir acessar a Educação Superior, assim como na estratégia de estudar em casa, em seu tempo vago, para ampliar os seus conhecimentos (Conceição, 2020) e, dessa forma, ter maior possibilidade de fazer um curso universitário.

O ingresso na Educação Superior por meio do mecanismo da reserva de vagas, todavia, não diminui os enfrentamentos, meritocráticos e/ou estruturais que exigem, dos/as estudantes, maior desdobramento nas suas pretensões acadêmicas (Couto, 2021). Para os/as estudantes negros/as, de baixo poder aquisitivo e oriundos de escolas públicas, segundo Santana (2016), esse ingresso configura-se como momento de descobertas e rupturas, passando por processo de afiliação que exige deles/as o reconhecimento de si e do meio acadêmico, que requer a condição de aprendiz.

O fortalecimento emocional, para Conceição (2020), é princípio base para a permanência e enfrentamento dos obstáculos encontrados pelos/as estudantes cotistas no seu cotidiano. Obstáculos que não são poucos e incidem em diferentes aspectos – acadêmico, social, político, econômico, étnico-racial e cultural. Esse fato requer, das instituições de educação superior, a adoção de medidas de ação afirmativa de apoio à permanência desses/as estudantes na universidade, não só do ponto de vista material, mas também psicológico.

Nessa perspectiva, a Uneb, conforme Santana (2016), ao logo de 20 anos de Ação Afirmativa, tem elaborado, instituído, implementado e ampliado as medidas de ação afirmativa que visam a assegurar as condições materiais necessárias para que os/as estudantes ingressantes pela reserva de vagas permaneçam na universidade com mais tranquilidade e concluam seus estudos com êxito. No entanto, as medidas adotadas, ressalta Couto (2021, p. 173), “[...] devem ir além das questões materiais, no sentido de superar uma assistência estudantil fixada na bolsa permanência, moradia estudantil e universitária”. Nesse sentido, a Uneb é falha, pois conforme estudos de Santana (2016) e de Mattos (2021), as condições ofertadas são insuficientes para suprir os gastos materiais com alimentação, transporte, moradia, vestimentas, livros, fotocópias, entre outros recursos necessários para as aulas teóricas e práticas. Chama atenção o fato de que em

nenhum dos 24 *campi* da universidade existe restaurante universitário, apenas no *campus* I há um ambulatório médico e um restaurante universitário em vias de funcionamento.

A Política de Ação Afirmativa na Uneb tem se aperfeiçoado com a prática e se firmando como projeto válido de combate ao racismo no ensino superior (SILVA, 2010). Assim, em meio ao turbilhão de sentimentos e acontecimentos sociais, políticos e individuais (Conceição, 2020), diríamos ainda jurídicos, diversas têm sido as estratégias usadas pela Uneb de apoio à permanência e sucesso dos/as estudantes ingressantes pela reserva de vagas no decorrer do curso. Entretanto, conforme estudos de Santana (2016) e Mattos (2021), não dão conta das demandas desses/as estudantes.

No entanto, Mattos (2021, p. 419) pontua que:

Ainda que a Uneb não ofereça um conjunto de condições satisfatórias amplas para que os estudantes cotistas otimizem o seu desempenho ao longo das suas trajetórias nos seus respectivos cursos de escolha, no geral, essas trajetórias têm sido exitosas.

Isso permite afirmar que os/as estudantes cotistas, ao contrário do que muitas pessoas e grupos avessos à reserva de vagas para negros/as e indígenas na educação Superior apregoavam, têm tido um desempenho igual ou superior aos não cotistas, como mostram estudos de Santos (2009), Vasconcelos (2012) e Mattos (2013; 2021). Portanto, o discurso de que os/as estudantes ingressantes pelas cotas raciais e/ou sociais não conseguiram ter um bom desempenho e, por conseguinte, rebaixaria o nível de desempenho acadêmico da universidade, não se concretizou. As dificuldades existem, principalmente nos cursos de maior prestígio social (Mattos, 2021), mesmo assim, os estudantes cotistas têm tido um bom desempenho e logrado êxito no seu percurso acadêmico.

5. Considerações Finais

Como considerações, destacamos o protagonismo da Uneb na construção da Política de Ação Afirmativa, especialmente na instituição da reserva de vagas na graduação e pós-graduação em 2002, bem antes de outras instituições de educação superior brasileiras. No enfrentamento do racismo estrutural e institucional, a Uneb não só constrói mecanismos para a continuidade das cotas para negros/as, como inclui, ao longo do tempo, novos grupos étnico-raciais e sociais como os povos indígenas, as populações quilombolas, ciganos, pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades, transexuais, travestis e transgênero.

Panorama analítico dos estudos sobre a Política de Ação Afirmativa e seus mecanismos na Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

As pesquisas que se debruçaram sobre a experiência da Uneb com a Política de Ação Afirmativa indicaram a importância da reserva de vagas para grupos étnico-raciais e sociais marginalizados, para a democratização da Educação Superior pública no estado, especialmente no interior, mas destacam a necessidade de que a reserva de vagas esteja articulada a uma política de permanência estudantil ampliada. Indicam, ainda, que as suspeitas iniciais de que os/as estudantes cotistas rebaixariam a qualidade do ensino na Instituição não se sustentou nas muitas avaliações da política e do desempenho estudantil. Embora as avaliações indiquem dificuldades dos estudantes ingressantes pela reserva de vagas se inserirem e permanecerem em cursos de alto prestígio social, historicamente frequentados por estudantes brancos e abastados, destacam que, mesmo que em menor quantidade, a entrada e a permanência de estudantes pela reserva de vagas nesses cursos apresentam contribuições imprescindíveis para a universidade e todos/as os/as partícipes da ação educativa.

Finalmente, os últimos quatro anos foram de ataques contundentes e constantes às políticas sociais e de Ação Afirmativa no Brasil. Felizmente, vislumbramos tempos mais esperançosos para a ampliação e o fortalecimento da Política de Ação Afirmativa e a luta contra toda e qualquer forma de discriminação, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva.

Referências

ANJOS, A. P. S. P; GUEDES, M. Q. Política de cotas da UNEB: ação institucional com ressonância nacional. **O Social em Questão**, v. 24, n. 50, p. 201-220, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552266675008/html/> Acesso em: 10 jan. 2022.

BAHIA. **Decreto nº 12.354** de 25 de agosto de 2010. Institui o Programa Territórios de Identidade e dá outras providências. Salvador: Palácio do Governo do Estado da Bahia, 2010.

BOAVENTURA, E. M. **A construção da universidade baiana: origens, missões e afrodescendência**. Salvador: EDUFBA, 2009.

BONFIM, V. M. S. **Hierarquias raciais e de gênero e medidas de reparação: Sobre a participação das mulheres negras em cursos superiores no marco das ações afirmativas**. 2008. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado da Bahia, Salvador: UNEB, 2008.

CARVALHO, S. C. S. **O impacto das ações afirmativas na estética e na imagem corporal de jovens negros e negras da Uneb, campus Guanambi**. 2021. 237 f. Tese (Doutorado em Educação Conhecimento e Inclusão Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

CERQUEIRA, S. M. F. **Vagas para negros na Educação Superior:** uma causa de políticas públicas na Universidade do Estado da Bahia. 2009. 176 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade do Estado da Bahia, Salvador: UNEB, 2009.

CLEMENTE, M. S. **As Políticas Afirmativas de Educação Superior no Brasil:** um estudo sobre as formas de aceitação/negação do Negro e da Negra na Universidade do Estado da Bahia – UNEB. 2005. 135 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFP, 2005.

CONCEIÇÃO, G. A. **“Qual a parte que te cabe deste latifúndio?”** Estratégias de Acesso e Permanência das Cotistas em cursos Majoritariamente Masculinos e/ou Excludentes para Mulheres Negras, ofertados na Universidade do Estado da Bahia –UNEB, Campus I, Salvador/BA. 2020. 74f Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado da Bahia, Salvador: UNEB, 2020.

COUTO, F. P. **Experiências sociais sobre as políticas de inserção vividas por estudantes no departamento de educação campus Guanambi da Universidade do Estado da Bahia:** acesso, permanência e das ações afirmativas. 2021. 363 f. Tese (Doutorado em Educação Conhecimento e Inclusão Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

FOGAÇA, T. G. S; TRINDADE, D. R. Jovens mulheres negras, cotistas e quilombolas na Uneb – Campus XII: políticas públicas, representatividade e práticas pedagógicas. **Revista Cocar.** v.15, n. 33, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4644> Acesso em: 8 abr. 2022.

MATTOS, W. R. 2003 – O Ano do Começo: Características e Aspectos Iniciais da Implantação do Sistema de Cotas para Negros na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). **Plurais**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 120-142, Jan./Abr. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/7> Acesso em: 13 jun. 2020.

MATTOS, W. R. 10 anos de ações afirmativas na Uneb: desempenho comparativo entre cotistas e não cotistas de 2003 a 2009. **Revista da ABPN**, v. 5, n. 11, p. 83-99, Jul./Out. 2013. Disponível em: <https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/190> Acesso em: 13 jun. 2020.

MATTOS, W. R. O sistema de cotas da Universidade do Estado da Bahia: avaliação dos anos iniciais e impactos das ações afirmativas na trajetória e desempenho acadêmico de estudantes. **Revista da ABPN**, v. 13, n. 38, p.389-421, 2021. Disponível em: <https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1326> Acesso em: 2 mar. 2022

NOGUEIRA, G. C. S; MARQUES, T. G. O discurso institucional sobre a política de cotas na UNEB: uma análise a partir de enunciados verbais e não verbais da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas (PROAF). **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 11, n. 1, p. 215-232, Jan./Abr. 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/64908/33490> Acesso em: 30 jul. 2022.

Panorama analítico dos estudos sobre a Política de Ação Afirmativa e seus mecanismos na Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

OLIVEIRA, I.V. **18 anos de cotas na UNEB:** Travessias para educação antirracista na Bahia. 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/18-anos-de-cotas-na-uneb-travessias-para-educacao-antirracista-na-bahia/> Acesso em: 20 out. 2021.

PROAF/UNEB. **18 anos de cotas na UNEB:** Um marco das ações afirmativas na Bahia e no Brasil. 2020. Disponível em: <https://proaf-uneb-pro-reitoria-de-acoes-afirmativas.negocio.site/> Acesso em: 20 out. 2020

SANTANA, V. T. **Estudantes cotistas em curso de alto prestígio social da Universidade do Estado da Bahia:** Percepções, enfrentamentos e superações. 2016. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2016.

SANTANA, V. T. Percepções e desafios de estudantes cotistas em curso de alto prestígio social da Universidade do Estado da Bahia. **Em Favor da Igualdade Racial**, Rio Branco – Acre, v. 4, n.3, p.188-199, Set./Dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/5003/3350> Acesso em: 7 abr. 2022.

SANTOS, M. C. E. M. **Sou cotista, e agora?** Uma análise das condições de permanência numa universidade multicampi. 2009. 265. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado da Bahia, Salvador: UNEB, 2009.

SILVA, V.S. Políticas de Ações Afirmativas na UNEB: Memórias de um acontecimento histórico. **Mujimbo**, v. 1, n. 1, p. 49-58, Jul., 2010. Disponível em: <http://www.mujimboposafro.ffch.ufba.br/edicoes/edicao-n-1/> Acesso em: 23 fev. 2020.

UNEB. **Regimento Geral da Uneb.** 2012. Disponível em: <https://portal.uneb.br/> Acesso em: 13 set. 2019.

VASCONCELOS, J. F. **Trajectoria do estudante cotista:** um estudo no curso de pedagogia do Campus I – Uneb. 2012. 165 f. Dissertação. (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional) – Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Salvador, BA, 2012.

Notas

ⁱ Considera-se Território de Identidade o agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, e reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial (BAHIA, 2010).

ⁱⁱ O termo *Política de Ação Afirmativa* é aqui utilizado no singular, pois conforme o professor e operador do direito Luiz Fernando Martins da Silva, em entrevista concedida aos autores em novembro de 2021, a Política de Ação Afirmativa é uma só, mas tem seus mecanismos (também denominados de medidas de Ação Afirmativa) que a coloca em prática, a exemplo do mecanismo de reserva de vagas no ensino superior e no serviço público.

Sobre os autores

Jurandir de Almeida Araújo

Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Membro do Grupo de pesquisa Política e Gestão da Educação, do grupo de pesquisa Educação (PPGE/UFBA), Desigualdade e Diversidade (PPGEduC/UNEB), do Laboratório de Tecnologias Informacionais e Inclusão Sociodigital (LTI Digital/UFBA), do Grupo de Pesquisa Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas, Trabalho e Educação, Educação Popular e Diversidade (EJAPOD) e da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) pela Justiça Social (Abrapps). E-mail: juran-araujo@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2688-4858>

Gilvanice Barbosa da Silva Musial

Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), mestra em Tecnologia pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG), e doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com Estágio de Doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, França. Professora da Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia, e integra o PPGE/UFBA na linha de Política e Gestão da Educação e o MPED/UFBA. Líder do Grupo de Pesquisa Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas, Trabalho e Educação, Educação Popular e Diversidade (EJAPOD). E-mail: gilvanice.musial@ufba.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0597-8150>

Marta Lícia Teles Brito de Jesus

Pedagoga, mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação UFBA. Membro do Grupo de pesquisa Política e Gestão da Educação, e do grupo de pesquisa Educação (PPGE/UFBA). E-mail: marta.licia@ufba.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1777-4734>

Recebido em: 06/09/2023

Aceito para publicação em: 29/01/2024